

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 912015 - BA  
(2016/0112051-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : EDMUNDO ANTUNES PITANGUEIRA**  
**ADVOGADOS : CÂNDIDO EMANOEL VIVEIROS SÁ FILHO -**  
**BA008708**  
**FABIANA PRATES CHETTO - BA019693**  
**ANDERSON LUIS PITANGUEIRA DE JESUS E**  
**OUTRO(S) - BA030248**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.
2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso integrativo, porquanto o vício alegado pelo embargante, na realidade, manifesta seu inconformismo com o desprovimento do agravo interno.
3. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator